

Trabalho precário na América Latina: as contribuições dos estudos da sociologia do trabalho sobre precariedade para o contexto da região

Gabriel Galdino*

Universidad de São Paulo
galdinogabriel@usp.br

Recibido: 4.06.20

Aceptado: 13.07.20

Resumo: atualmente, evidencia-se uma disseminação significativa dos estudos sobre trabalho precário nas ciências sociais. No entanto, a origem e ênfase dos debates sobre o tema têm se dado, especialmente, sobre países de capitalismo avançado, em decorrência da financeirização das empresas, descentralização da produção e ampliação da terceirização da força de trabalho, combinado com a queda da sindicalização nesses Estados. Posto isto, este artigo tem como escopo analisar o estudo da conceitualização da precariedade do trabalho na região latino-americana, articulando as diversas leituras das transformações do trabalho no século XXI. Neste contexto, busca-se refletir acerca das definições e especificidades que apresenta a precariedade como conceito e teoria na pesquisa, compreensão e análise da realidade da América Latina. Deste modo, por meio de uma revisão de literatura, faz-se um resumo geral das propostas apresentadas por Beck, Castel e Standing visando revelar algumas das principais abordagens críticas do processo de precarização. Assim como a apresentação de leituras latino-americanas de Vejar, Valenzuela e De La Garza com o propósito de identificar as condições que expressam a particularidade da realidade social do subcontinente. Por fim, é exposto algumas considerações epistemológicas sobre precariedade, por meio do prisma sociológico e histórico, detendo-se na dialética da dimensão espacial e temporal das relações laborais.

* ²Estudiante del Programa de Posgrado en Integración de la América Latina de la Universidad de Sao Paulo (PROLAM/USP).

Palavras-chave: Precariedade; Precarização; Trabalho; América Latina.

Trabajo precario em América Latina: las contribuciones de los estudios sobre precariedad de la sociología del trabajo para el contexto de la región

Resumen: Actualmente, existe una importante difusión de estudios sobre el trabajo precario en las ciencias sociales. Sin embargo, el origen y el énfasis de los debates sobre el tema han sido, especialmente, en países de capitalismo avanzado, debido a la financiarización de las empresas, la descentralización de la producción y la expansión de la subcontratación de la fuerza laboral, combinada con la caída de la sindicalización. Este artículo tiene como objetivo analizar el estudio de la conceptualización del trabajo precario en la región latinoamericana, articulando las diferentes lecturas de las transformaciones del trabajo en el siglo XXI. En este contexto, buscamos reflexionar sobre las definiciones y especificidades que la precariedad presenta como concepto y teoría en la investigación, comprensión y análisis de la realidad en América Latina. Finalmente, se exponen algunas consideraciones epistemológicas sobre la precariedad, a través del prisma sociológico e histórico, centrándose en la dialéctica de la dimensión espacial y temporal de las relaciones laborales.

Palabras clave: precariedad; trabajo; América Latina

Precarious work in Latin America: the contributions of the Sociology of Labor studies on precariousness to the contexts of the region

Abstract: Currently, there is a significant dissemination of studies on precarious work in the social sciences. However, the origin and focus of the debates on the subject have been, especially, on countries with advanced capitalism, due to the financialization of companies, decentralization of production and expansion of outsourcing of the labor force, combined with the fall in unionization in those States. Thus, this article aims to analyze the study of the conceptualization of precarious work in the Latin American region, articulating the various readings of the transformations of work in the 21st century. In this context, we seek to reflect on the definitions and specificities presented by precariousness as a concept and theory in the research, understanding and analysis of Latin American reality. Thus, through a literature review, a general summary of the proposals presented by Beck, Castel and Standing is presented to reveal some of the main critical approaches to the process of precariousness. As well as the presentation of Latin American readings of Vejar, Valenzuela and De La Garza with the purpose of identifying the conditions that express the particu-

larity of the social reality of the subcontinent. Finally, some epistemological considerations about precariousness are exposed, through the sociological and historical perspective, focusing on the dialectic of the spatial and temporal dimension of precarious work.

Keywords: Precarity; Precarization; Work; Latin America.

Introdução

Decorrente do fenômeno da globalização econômico-financeira e do maior protagonismo das potências econômicas no cenário internacional, com a consequente retirada do Estado de Bem-estar em um capitalismo cada vez mais flexível, tem-se a consolidação do debate sobre a precarização das condições de trabalho na Europa, na década de 1980.

No mesmo período, com o advento do neoliberalismo na América Latina (AL), ocorre o desenvolvimento e emergência de novos paradigmas produtivos na região, transformando a sua morfologia do trabalho e potencializando a sua precarização. A partir destas mudanças, a América Latina se tornou um espaço estratégico para o processo de intensificação e extensão dos processos de transnacionalização da economia e a mobilização do capital. Ao mesmo tempo, em que o neoliberalismo implicou numa série de efeitos de erosão e flexibilização do mercado de trabalho.

Por consequência, ao fazer uma revisão da literatura sobre a temática do trabalho, denota-se a recorrência do uso da expressão precarização, precário ou precariedade para referenciar às condições e as relações laborais que predominam no mundo laboral de hoje. Vale notar também que, dentro das perspectivas *mainstream* sobre precariedade, denota-se a carência de um viés latino-americano, mesmo existindo esforços para apresentar uma aproximação da questão a partir do Sul Global.

Em geral, entende-se por trabalho precário a modalidade de trabalho instável, desprotegido e flexível; que se manifesta via contratos temporários, trabalho em tempo parcial, sejam estes considerados formais ou informais, adquirindo uma dimensão estrutural e permanente para os trabalhadores. Enquanto a expressão precariedade está mais para uma condição histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de atividade laboral (Alves, 2007).

A partir destas constatações, abre-se espaço para inserir as seguintes interrogantes: são válidas as teorias desenvolvidas no bojo do conceito de precariedade para compreender a situação dos tipos de trabalhos na América Latina? É comparável o enfraquecimento dos Estados de Bem-Estar europeus às diferentes realidades latino-americanas? Nesse sentido, recorre-se a essas problemáticas por meio de uma revisão bibliográfica das principais propostas e enfoques de estudos sobre trabalho precário desenvolvidos na região, com o escopo de lograr uma reflexão epistemológica e teórica. Tem-se, então, como objetivo geral deste trabalho, apresentar a precariedade da sociologia do trabalho por meio de uma narrativa latino-americana.

Na primeira parte, busca-se desenvolver o conceito de precariedade a partir de sua concepção do capitalismo avançado, apresentando de forma breve as leituras de Ulrich Beck, Robert Castel e Guy Standing sobre as transformações em curso no mundo do trabalho. Por conseguinte, disserta-se sobre o contexto de elevação do trabalho precário na América Latina dado ao processo político-econômico neoliberal, explicando socio-historicamente sobre sua complexa designação e relação com a atualidade. Na terceira seção, são expostas as principais ideias críticas da sociologia do trabalho latino-americana, em relação ao conceito de precariedade e as dificuldades de seu uso, devido, hipoteticamente, às distintas especificidades históricas, espaciais e temporais.

Ressalta-se que a América Latina possui uma configuração e temporalização totalmente distinta de outros contextos, como os de países desenvolvidos, reverberando na maneira de compreender e conceituar a precariedade do trabalho como resultado do colonialismo e modernização capitalista neoliberal. A concatenação destas ideias a despeito do trabalho na AL, justifica-se pela ausência de estudos sobre o tema, devido a isto, objetiva-se articular os aportes teóricos sobre precariedade, situando a sua discussão em um contexto espacial e temporal. Espera-se, por este viés, produzir uma reflexão acerca do legado crítico dos estudos pós-coloniais nas ciências sociais e na sociologia do trabalho.

Desenvolvimento da ideia de precariedade por Beck, Castel e Standing

O uso do termo precariedade para caracterizar determinadas situações de trabalho não é exclusivo de nossa época. No entanto, a recorrência de seu uso

nas ciências sociais está associada, principalmente, às transformações que estão em curso nas últimas décadas nos países de capitalismo avançado. Por exemplo, a partir de 1980 o termo “precariedade” ganha espaço no campo da sociologia, mas é, sobretudo, nos anos 2000 que os termos como “trabalho precário”, “precarização”, “precariado” e “precariedade” alcançaram maior destaque. Como impulsionador deste processo, em 2004, tem-se o movimento EuroMayDay¹, responsável pela inserção destes conceitos no âmbito político e internacional (Soeiro, 2015).

Por trás da emergência destes termos, encontram-se algumas tradições sociológicas e políticas distintas que marcam os estudos sobre trabalho precário desde uma mirada do Norte Global. Para tanto, nesta seção é apresentado as perspectivas de Ulrich Beck, Robert Castel e Guy Standing sobre as transformações do mundo do trabalho com foco em seus respectivos diagnósticos.

Conforme Beck (2000), a sociedade do trabalho está chegando ao seu fim, visto que um número cada vez maior de trabalhadores tem sido substituído por tecnologias inteligentes. A garantia de direitos como emprego estável, acesso à segurança social e direitos trabalhistas estariam em fase de erosão. As formas tradicionais de auto-organização política dos trabalhadores, em destaque os sindicatos, estariam ameaçadas neste cenário. Essas mudanças refletem a transição das economias avançadas do “regime fordista” para o que Beck (2000) denomina como um novo “regime de risco”.

Os efeitos dessas mudanças estariam assimilando as economias desenvolvidas da Europa à experiência dos países em desenvolvimento do Sul Global. Desta forma, este processo de expansão global da insegurança do trabalho e aumento da desigualdade social é denominado por Beck (2000) de “brasilianização”², expressando que os países desenvolvidos vêm adquirindo atributos próprios dos regimes de trabalho característicos das economias em desenvolvimento, sendo o Brasil como seu principal exemplo.

- 1 Manifestação intitulada EuroMayday, realizada nas ruas e na Internet, no dia 1º de maio de 2004, a partir de Nápoles, Dublin, Barcelona, Milão e outras cidades europeias, chamando a atenção à precarização das relações de trabalho no atual cenário capitalista.
- 2 O sociólogo alemão, Ulrich Beck, afirma existir uma brasilianização do Ocidente, qualificando os trabalhadores informais brasileiros de “nômades laborais”. Desta forma, o modo de vida do Sul, isto é, a insegurança do trabalho, está se estendendo ao mundo ocidental.

Por outro lado, no livro *The Precariat*, Standing (2011) define o precariado como uma classe social em formação – um grupo homogêneo, incapaz de pensar a longo prazo, devido a sobrecarga de informações – e a precarização como um processo em que o sujeito é submetido às incertezas acerca do futuro, com uma identidade insegura e carente de um sentido de desenvolvimento possível através do trabalho e o estilo de vida. A flexibilidade do mercado de trabalho, conforme Standing (2011), possui algumas dimensões essenciais para entender os mecanismos que produzem a precariedade, sendo estas: a flexibilidade salarial; a do emprego; a na organização do trabalho; e das competências e habilidades.

Ademais, Standing (2011) também menciona outras causas da precarização, como: a) a carência de políticas de pleno emprego que afetam as oportunidades de obtenção de um salário suficiente; b) a insegurança como resultado da fragilidade dos sindicatos; c) a insegurança produzida pela ausência de proteção contra acidentes do trabalho e; d) insegurança produzida pela falta de regulações, proteções e garantias estatais, no que tange ao asseguramento dos direitos socioeconômicos. Nesse sentido, esta conjuntura de flexibilização do trabalho, precarização da insegurança social, globalização dos mercados e a alta mobilidade dos capitais financeiros vem favorecendo os investimentos em economias com baixos custos de trabalho, como a China e a Índia. Deste modo, tem-se produzido uma pressão sobre empresas e governos de economias desenvolvidas a fim de reduzir os custos de trabalho, de maneira a encobrir a quantidade de emprego.

Por conseguinte, para Castel (2010), o trabalho precário é uma relação laboral em que o trabalhador vive num padrão abaixo do socialmente reconhecido como de salário, segurança e nível de inclusão social. Em sua matriz pós-fordista, as novas condições de produção e consolidação de novos paradigmas de organização do trabalho traduzem um novo processo de expansão e mundialização do capital, que se acopla aos requerimentos do atual padrão de acumulação neoliberal. Neste fenômeno, imbricam-se novas formas de erosão de estruturas do emprego. Em sua abordagem, Castel (2010) não defende o fim do trabalho assalariado³, pois, para o autor francês, a fase atual do capitalismo está nos transportando para uma modalidade de trabalho inferior ao do emprego, isto é, da sua forma hegemônica da relação salarial construída sob o capitalismo industrial. Salienta-se, também, que Castel (2010) defende o esforço de conservar as garantias de emprego para aqueles que se beneficiam

3 O grande desafio para Castel (2010) é enfrentar a desestabilização do assalariado.

destas e implantar novas regulações jurídicas para proteger o conjunto das outras situações, localizadas dentro das “zonas cinzentas”, na qual as regulações do emprego clássico não se aplicam.

Denota-se, portanto, que a precariedade, para esses autores, está associada ao fim do Estado de Bem-Estar, juntamente com uma maior flexibilidade do capitalismo, fomentado pela globalização financeira, conformando, assim, novos paradigmas de produção de matriz pós-fordistas. Tendo em mente essa contextualização, o capítulo a seguir se insere com o propósito de apresentar com maior detalhe, as transformações nas últimas décadas, em virtude do neoliberalismo, e sua relação com modificação da morfologia do trabalho latino-americano.

Neoliberalismo na América Latina: a emergência do trabalho precário e o aumento da informalidade

As políticas neoliberais⁴, hegemônicas na América Latina, durante as décadas de 1980 e 1990, influenciaram em mudanças significativas na privatização, desregulação e liberalização da economia. Estas medidas, segundo Salas (2010), refletiram na demarcação de fenômenos de rápida polarização, desigualdade social, altas taxas de pobreza, crescimento do setor informal da economia, acompanhado pelo aumento da desregulação, flexibilização do trabalho e a queda na sindicalização. Para Sader (2008), a América Latina foi o laboratório de experiências neoliberais e o lugar onde o neoliberalismo mais se expandiu.

No que tange ao regime de trabalho, as reformas neoliberais implicaram em sua profunda desregulação e reestruturação, tendo como consequência, para Antunes (2003), o modelamento de um novo mundo laboral. A partir disto, as relações de trabalho passam a ser marcadas pelos fenômenos da precariedade e flexibilização; com o aumento e institucionalização da subcontratação e terceirização da produção.

Nessa perspectiva, a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho são dois grandes fenômenos do neoliberalismo. Em outras palavras, isto significa a hegemonia do capital financeiro via sua forma especulativa e a expropriação dos direitos e proteções do trabalhador (Sader,

4 O pensamento neoliberal tem sua origem no contexto do pós-guerra, em 1945, sendo uma reação de caráter teórico e político contra o Estado de Bem-Estar social.

2008). Apesar disso, as consequências do capitalismo neoliberal no âmbito do trabalho, como a flexibilização e fragilidade, não tem alterado de forma radical, segundo Vejar (2014b), o caráter salarial e semicolonial permanente das sociedades latino-americanas. Assim, o trabalho assalariado continua existindo, porém, assumindo uma forma cada vez mais heterogênea, junto com os trabalhadores menos estáveis, subcontratados e outros que conformam a uma periferia à margem de toda proteção e garantia de direitos. Somando-se a estes fatores, Sepúlveda (2010) destaca a discriminação de gênero, racial e étnica como partes da configuração de uma sociedade caracterizada por problemas de desigualdade social.

De todas as formas, a precariedade parece afetar a estrutura ocupacional, convertendo-se em um dos sustentos das políticas neoliberais. Logo, a precariedade do trabalho na América Latina tem relação histórica com a precarização social, sendo subproduto das políticas neoliberais, nas últimas décadas. A transgressão do espaço do trabalho e a reformulação da reprodução do cotidiano integram, em conjunto, uma tendência em comum para os países da região (Vejar, 2017).

Nos anos recentes, países da América Latina vêm sofrendo crises econômicas, políticas e problemas em seu mercado de trabalho, sendo que cada país tem praticado estratégias diferentes para alcançar a recuperação econômica, a estabilidade política e o dinamismo em suas economias. Nesse contexto, Navarrete (2012) destaca o crescimento da população ocupada no setor informal, a falta de proteção social, a instabilidade no trabalho e a precarização do emprego assalariado. Por trás disto, Sader (2008) argumenta que o surgimento de atores e movimentos sociais e os processos de crises levou à subida de poder governos progressistas e pós-neoliberais. Deste modo, no século XXI, aconteceram reajustes nas relações entre trabalhadores, empregados e Estado, com a emergência de marcos institucionais e legislação somada à participação da classe trabalhadora na política, dado a sua relação com os governos de esquerda (Vejar, 2014b).

Além disso, conforme Vejar (2017), torna-se patente a tendência atual para a privatização e mercantilização dos serviços públicos nos setores de educação, previdência, saúde e entre outros serviços básicos. Para compensar esta situação de incidência da precarização, o Estado recorre às políticas públicas de programas de transferência de renda. Com efeito, o trabalho precário e seu reflexo na vida dos trabalhadores são apontados como um indicador de pobreza, constituindo assim como sujeitos de assistência social. Nesta situação,

tem-se a instituição da figura do pobre e não do trabalhador precarizado (Mota, 2013).

Vale lembrar que "assim como a pobreza faz parte do trabalho precário, o trabalho precário também produz a pobreza" (Subercaseaux, 2015: 48). Em termos histórico, Marini (2005) destaca a superexploração do trabalho como fundamento do capitalismo dependente, ao abordar as particularidades do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos. Ademais, chama a atenção à contribuição do Estado para a manutenção dessas condições de relações de trabalho, via a supressão de direitos sociais, sinalizados pela desregulação do trabalho e da proteção social; ao mesmo tempo em que promove os processos de privatização e mercantilização dos serviços sociais públicos.

O Estado, ao sustentar a lógica da coerção ao trabalhador, assegurar mecanismos institucionais de disciplinamento no espaço de trabalho e dificultar a ação coletiva dos trabalhadores, promove a adequação flexível do trabalhador aos modelos de cooperação e de inserção no espaço da produção. Incentiva-se, assim, a incorporação de uma lógica de valorização do trabalho como prática institucionalizada de superexploração do trabalho (Navarrete, 2012; Vejar, 2014a).

Na análise de Braga (2014) para o Sul Global, a sua crítica recai sobre a proposta de formação da classe do precariado, por Standing, com foco na ação coletiva desse grupo de trabalhadores. Assim, utilizando o estudo de caso a respeito dos operadores de telemarketing em São Paulo, percebe-se a composição de um grupo de trabalhadores precarizados que se associam aos sindicatos sem representar interesses contrários aos da massa assalariada. Em outras palavras, a acumulação de experiências com o regime de mobilização constante da força de trabalho influencia no desenvolvimento de comportamento crítico desses trabalhadores para com as empresas, sendo para Braga, base para sua associação aos sindicatos. Em sua perspectiva, os sindicatos ainda representam um meio coletivo de colaboração, o qual se tem evoluído gradativamente entre os trabalhadores precarizado, como meio de luta para efetivar os direitos sociais.

Em suma, demonstra-se que a temporalização desenvolvida na região é distinta de outros contextos, como os de países de capitalismo avançado. Sendo a explicação dessa diferença importante para entender precariedade laboral como resultado da construção discursiva da modernidade e como fruto do processo de modernização capitalista neoliberal.

Análise do conceito de “precariedade” a partir do contexto latino-americano

A partir dos anos 80, a sociologia do trabalho na AL começou dar atenção à precariedade do trabalho em suas investigações (Novick, 1987)⁵. Isto demonstra que o debate sobre trabalho precário existe há muito tempo, embora estivesse ofuscado pelas características da superexploração do trabalho, o que por si só parecia suficiente para explicar as relações entre capital e trabalho. Por este aspecto, pesquisadores como Dasten Alfonso Julián Vejar, Hernán Cuevas Valenzuela e Enrique de La Garza parecem ter se empenhado numa construção crítica e epistemológica acerca do termo, contribuindo com algumas reflexões essenciais para esta análise.

Propõe-se, assim, o desenvolvimento e avanço de uma visão crítica acerca da significação passiva das categorias sociológicas. Por esta lógica, a precariedade do trabalho apresenta um papel contraditório em sua condição, pois, de acordo com Vejar (2013), o conceito pode ser identificado no contexto latino-americano por: a) uma carga simbólica política crítica em relação ao contexto de contrarreforma neoliberal, reincidindo na crítica à exploração capitalista e; b) como uma teoria de alcance insuficiente para caracterização das condições de trabalho, sendo mais, diretamente, vinculada às raízes da sociologia industrial, desde o prisma ideológico da modernidade.

Na análise de Valenzuela (2015), o alcance dessa proposta eurocêntrica envolve um significativo caráter neocolonial, ao apagar os sujeitos marginalizados, como mulheres, indígenas, negros e entre outros. Para Vejar (2013), a teoria da precariedade apresenta um alcance intermédio em sua problematização, dada a sua associação com as percepções de juízos de valor, como o trabalho decente (decência) e o trabalho digno (dignidade); imperativos morais e normativos do trabalho na atualidade. Evidentemente, a precariedade laboral, compreendida por meio da matriz europeia, problematiza a sua homogeneidade como fenômeno mundial de objetivação. Não é possível identificar uma réplica exata no campo da dominação e a exploração, nas condições socio-históricas da

5 Tendo como contexto o reflexo da crise internacional, somada ao peso da dívida externa na América Latina nos anos 80, o livro de Marta Novick (1987) tem como temas centrais: tecnologia, insegurança no trabalho, condições de trabalho e saúde ocupacional.

reprodução do capitalismo na América Latina. Tendo em mente essa diferença estrutural, emerge o caráter histórico e de determinação temporal do conceito de precariedade para visualizar a sua contradição e suas perspectivas explicativas para a América Latina (Vejar, 2017).

Portanto, Vejar (2013) define precariedade como o fenômeno que emerge do contexto de neoliberalismo no subcontinente latino-americano, relacionando-se às condições de fragilidade, escassez e insatisfação no trabalho, enquanto a precarização alude a um processo temporal e contínuo de degradação e perda, isto é, de extensão da "falta" originária que advém de tempos mais remotos da formação do Estado latino-americano. Estabelecida, assim, como uma condição, a precariedade é um fenômeno emergente e irruptivo, uma maneira de estar vinculada a perda ou fragilidade dos vínculos sociais de integração e proteção social que sustentam o compromisso social fordista.

A precariedade do trabalho deve ser entendida, portanto, em um determinado contexto histórico e em sua e em sua complexa multidimensionalidade, espacial, temporal e semântica. Sendo percebida como sintoma da dinâmica do padrão de acumulação capitalista e como parte de uma resposta do capital para a sua própria crise (Vejar, 2013; Vejar, 2017).

Além disso, para Valenzuela (2015), a experiência de trabalhadores latino-americanos que estão fora da região deve ser inserida no contexto do complexo de suas historicidades, no que tange à precariedade e semicidadania. A luta dos trabalhadores precários de imigrantes e/ou indocumentados se insere numa história de perseguição e racismo. Torna-se patente que as formas particulares do classismo e racismo na região adicionam intersecções críticas à experiência do cidadão-trabalhador.

A tese de que o incremento de formas atípicas de trabalho nas economias avançadas é consequência de uma dissolução paulatina das formas principais do capitalismo regulado do regime fordista, é criticada por Valenzuela (2014a), por supor a universalização de uma figura particular do trabalhador: homem, sindicalizado, capacitado, cidadão, urbano; e com isso a inviabilização de categorias marginais de trabalhadores, entre os quais estariam aqueles sem maior capacitação, as mulheres, migrantes, jovens, ou seja, sujeitos que não se encaixam no padrão dominante do sujeito trabalhador.

No que tange aos estudos sobre a precariedade, Salas (2010) enfatiza, em sua análise, diferentes quadrantes das mudanças que vêm acontecendo em relação à qualidade do emprego na região nas últimas décadas. Faz-se necessário,

portanto, considerar quatro elementos centrais para compreender a precarização do trabalho na região: a) a relação entre processos de precarização, desregulação e reorganização dos mercados e produção; b) as mudanças nos modelos de regulação do trabalho; c) o vínculo entre modelos de relação laboral e cidadania; e c) a perda de segurança e estabilidade do emprego. Evidencia-se que a precariedade na AL se concentra nas relações de poder dos atores do trabalho, resultado das relações laborais e os modelos de desenvolvimento nas últimas décadas⁶.

De acordo com De la Garza (2015) as principais mudanças desse período são caracterizadas, pela polarização entre as atividades bem remuneradas com altas qualificações e as precárias, inseguras e majoritárias no mundo, junto com a proliferação do trabalho atípico e a conformação de uma nova informalidade. Por este aspecto, ressalta-se a importância de analisar a precariedade do trabalho através da possibilidade de ampliação do conceito trabalho. Nesse sentido, para De la Garza (2016), a precarização laboral é inconcebível com a tese da perda da centralidade do trabalho nas sociedades modernas, sendo necessário, para isto, compreender a ação social e as identidades coletivas. Ademais, a precariedade pode operar na conformação de novas identidades, resistências e solidariedades além do trabalho; sem se restringir à dimensão trabalho-salário-instituição.

Conforme Subercaseaux (2015), a precarização laboral se refere, também à informalidade, a qual está associada à ausência das proteções de trabalho e deficientes condições laborais. Neste quesito, Portes (1998) adverte que a informalidade do trabalho na América Latina estaria atravessada pela precariedade desde a sua formação e origem, visto que a informalidade seria um núcleo de uma precariedade das ocupações que desafiava o *status* dos empregos de décadas anteriores. Posto isto, a informalidade aparece de maneira contrária à estratégia de formalização que apontam para a modernização do emprego e das relações de trabalho (Vejar, 2014b).

Diego Piñeiro (2008) identifica a precariedade laboral como uma constante histórica na construção do trabalho latino-americano, utilizando o caso das relações laborais no campo uruguaio. Assim, o autor conclui que parte significativa do grupo de trabalhadores rurais da região tem desempenhado suas atividades em meio às condições precárias, dado ao modelo de

6 De acordo com Mora Salas, a precariedade do trabalho tem se inserido principalmente na população jovem, utilizando os casos da Costa Rica e México.

desenvolvimento urbanista-industrial, predominante na maioria dos países e à desregulação do trabalho no campo.

Para Valenzuela (2014), ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo, o que se denomina como regime laboral fordista, ou seja, um Estado de Bem-Estar, políticas econômicas keynesianas e um trabalho assalariado estável, é mais uma exceção situada histórica e geograficamente. Sublinha-se que a maior parte dos trabalhadores do Sul Global tem enfrentado a insegurança e vulnerabilidade em seu desenvolvimento histórico.

Vale observar que, para esses autores, na América Latina, a precariedade do trabalho é mais que uma exceção ou uma realidade emergente da atualidade. Essa condição de trabalho parece ter sido uma característica constante do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, afetando as categorias ocupacionais do heterogêneo mercado de trabalho. Por outro lado, para Valenzuela (2015) e De La Garza (2015; 2016), parece ser problemática a maneira tradicional de conceber a condição de trabalho histórica dos trabalhadores latino-americanos por meio exclusivamente da categoria de informalidade. Embora ofereça uma visão importante para explicar em partes a constituição heterogênea desse mercado e suas desigualdades sociais. Não obstante, no período atual, esta categoria parece insuficiente, pois, a variedade de formas de contrato permitidos e a diversidade de relações laborais existentes no campo⁷, são evidências de que a formalização e precariedade muitas vezes não são lados opostos.

Com isso, apresentou-se uma revisão atual da morfologia do trabalho na América Latina, a partir de uma visão sociológica, que destaca as principais contribuições sobre o tema. Assinala-se a posição de Vejar, Valenzuela e De La Garza na defesa da necessidade de se deter na dialética da dimensão espacial e temporal da precariedade, que contextualizam o debate sobre as características que têm assumido esta categoria em distintas formações socio-históricas, suportando, assim, as particularidades que envolvem o fenômeno da precarização laboral latino-americana.

7 por exemplo, os setores produtivos como a agroindústria e o setor portuário chileno, nos quais as relações de trabalho são formalizadas, porém, sem significar que estão mais seguras ou estáveis (Valenzuela, 2015).

Considerações finais

Neste artigo, apresentou-se a discussão e revisão de algumas premissas epistêmicas/conceituais que atravessam a sociologia do trabalho na atualidade da América Latina. Foi exposto, deste modo, o conceito de precariedade e precarização a partir de sua emergência em um modelo de acumulação neoliberal e na modernidade tardia da realidade latino-americana. Por meio desse debate, foi analisado o conceito de precariedade, a fim de relacioná-lo com sua especificidade para o caso do subcontinente. Diante disto, conclui-se que a definição e conceituação de precariedade está sujeita a campos que se referem à análise social, cultural e histórica; assim como as mudanças mundiais do capitalismo contemporâneo.

O aporte teórico desenvolvido por Standing é fundamental para estudar o fenômeno da precariedade no século XXI, apontando a classe do precariado com um papel político elementar a se desempenhar. Por outro lado, o que Beck desenvolve se mostra essencial para compreender, de início, como a precariedade é um fenômeno mais típico de países do Sul Global e que está, nas últimas décadas, “se expandindo” para países de capitalismo avançado. Ademais, Castel apresenta uma contribuição interessante para lidar com esses novos processos ligados ao trabalho precário prescindindo, sobretudo, desenvolver medidas que afete o proletariado assalariado para ter que lidar com essa “zona cinzenta”.

Entretanto, mesmo a América Latina e demais países do Sul Global fazendo parte, de forma marginal, nas perspectivas de Standing, Castel e Beck sobre precariedade, o uso do conceito se mostra limitado para explicar as diversas e complexas singularidades que desenham as relações entre capital e trabalho nesses espaços periféricos. Faz-se importante, por esta lógica, considerar as particularidades de cada contexto social, assim como compreender as características geradas pelos mecanismos que produzem a precariedade, em especial a flexibilização do trabalho, a insegurança social e a globalização.

Nos Estados latino-americanos, o trabalho precário não é apenas uma resposta empresarial à competência global por preços. Em sua constante, o trabalho atípico constitui uma tendência histórica dominante da estrutura produtiva, tendo ligação com a sua história de formação colonial. Ou seja, ainda que o trabalho precário tenha sido parte da estratégia de sustentação do neoliberalismo político e econômico na região, percebe-se que esta condição

sempre esteve presente no subcontinente, estando obnubilada pela visão da superexploração do trabalho.

Sublinha-se que o fenômeno da precarização do trabalho não é – e nunca foi – exclusivo de nossa época, pois, parece ser consubstancial ao desenvolvimento capitalista para as realidades marginalizadas. Na atualidade, existem uma série de processos e tendências sociais, políticas, econômicas e culturais que, no contexto da mundialização da produção do capitalismo mundial, influenciam cada vez mais na flexibilização do trabalho, isto é, na sua precarização em países de capitalismo avançado.

É possível, por fim, destacar fenômenos como a desestabilização geral das condições de trabalho, o aumento do desemprego e o subemprego, a informalização, as legislações abertas à flexibilidade do trabalho. Isto tem evidenciado a dificuldade de sustentar o direito ao trabalho como direito social e como forma de assegurar as condições de vida no marco desta nova matriz socioeconômica. Por sua vez, tem-se como consequência a erosão das sociedades democráticas e sua institucionalidade, dado aos limites impostos à coesão social e o aumento da incerteza sobre a possibilidade de antecipar e organizar o futuro. Ao mesmo tempo, denota-se a imprescindibilidade de estudar as identidades laborais precárias e as formas e entender e subjetivar o trabalho nas sociedades latino-americanas.

Referências

- Alves, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Praxis.
- Antunes, R. (2003). *¿Adiós al trabajo? Ensayo sobre metamorfosis del trabajo y el rol central del trabajo*. Buenos Aires: Ed. Herramienta. Taller de Estudios Laborales, 2003. Disponível em <<https://www.herramienta.com.ar/articulo.php?id=145>>.
- Beck, U. (2000). *Un nuevo mundo feliz. La precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Braga, R. (2014). Precariado e sindicalismo no Sul Global. *Outubro*.
- Castel, R. (2010). *El ascenso de las incertidumbres. Trabajo, protecciones, estatuto del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- De la Garza, E. (2015). *Crítica del concepto de informalidad y la propuesta de trabajo no clásico*. Ecuador: III Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias

- Sociales. Disponível em
<<http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt/congresos/2EcuadorInformalidad.pdf>>.
- De la Garza, E. (2016) Estudio introductorio. In: De la Garza, Enrique. *Los estudios laborales en América Latina. Orígenes, desarrollo y perspectivas*. Barcelona: Anthropos. Disponível em
<www2.izt.uam.mx/sotraem/NovedadesEditoriales/ELAL.pdf>.
- Marini, R.M (2005). Dialética da dependência. 1973. In: Traspadini, R.; Stédile, J. P, (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- Mota, A.E. (2013). Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*. Disponível em
<<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.ana-elizabete-mota.pdf>>.
- Navarrete, E. L. (2012). *Problemáticas laborales de México y Brasil en el actual contexto económico*. Estudios Demográficos y Urbanos de México. Disponível em
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31226401005>>.
- Novick, M. (1987). *Condiciones de trabajo em América Latina. Tecnología, empleo precário y salud ocupacional*. Buenos Aires: Clacso. Disponível em
<catalogosuba.sisbi.uba.ar/vufind/Record/201603170442564614>.
- Piñeiro, D. (2008). *El trabajo precario en el campo uruguayo*. Montevidéo: Facultad de Ciencias Sociales, Comisión Sectorial de Investigación Científica, Universidad de la República. Disponível em
<<https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/9626>>.
- Portes, A. (1998). *En torno a la informalidad: ensayos sobre teoria y medición de la economía no regulada*. México: FLACSO-Porrúa. Disponível em
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=228021&view=detalhes>>.
- Sader, E. (2008). *América Latina ¿EL eslabón más débil? El neoliberalismo en América Latina*. New Left Review. Disponível em
<<https://newleftreview.es/issues/52/articles/emir-sader-america-latina-el-eslabon-mas-debil.pdf>>.
- Salas, M. M. (2010). *Ajuste y empleo: la precarización del trabajo asalariado em la era de la globalización*. Cidade do México: Centro de Estudios Sociológicos y El Colegio de México. Disponível em
<https://www.researchgate.net/publication/321274497_Ajuste_y_empleo_la_precarizacion_del_trabajo_asalariado_en_la_era_de_la_globalizacion>.
- Sepúlveda, D. (2010). *La variable etnia/raza en los estudios de estratificación social. Proyecto desigualdades. Tendencias y procesos emergentes en la estratificación social*. Santiago: Anillo Soc 12, Universidad de Chile. Disponível em

- <http://www.academia.edu/1516661/La_variable_etnia_y_raza_en_los_estudios_de_estratificaci%C3%B3n_social>.
- Soeiro, J. (2015). *A formação do precariado: transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Standing, G. (2011). *The Precariat: the new dangerous class*. London: Bloomsbury.
- Subercaseaux, X. V. (2015). *Feminización del empleo y trabajo precario en las agriculturas latino-americanas globalizadas*. Buenos Aires: Cuadernos de Antropología Social, Disponible em <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/1595>>.
- Valenzuela, H. C. (2015). *Precariedad, precariado y precarización: Un comentario crítico desde América Latina a The Precariat. The New Dangerous Class de Guy Standing*. Santiago: Polis. Disponible em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682015000100015&lng=es&nrm=iso>.
- Valenzuela, H. C. (2014). *Precariedad, precarización y trabajo precario*. Santiago: Sindical. CL. Disponible em <<http://sindical.cl/new/wp-content/uploads/downloads/2015/08/Precariedad-Precarizacin-y-trabajo-precario.pdf>>.
- Vejar, D. A. J. (2014^a). *Bases del modelo de valoración precario del trabajo en Chile: Acercamientos desde la política laboral y la cultura del trabajo*. Sociológica (Méx.). Disponible em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-01732014000100004>.
- Vejar, D. A. J. (2014b). La precariedad laboral, modernidad y modernización capitalista: Una contribución al debate desde América Latina. *Trabajo y Sociedad*. Disponible em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=387334695008>>.
- Vejar, D. A. J. (2017). Precariedad laboral en América Latina: contribuciones para un modelo para armar. *Revista Colombiana de Sociología*. Disponible em <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/recs/article/view/66382>>.
- Vejar, D. A. J. (2013). Trabajo, precariedad y 'habitus precario'. Aproximaciones al estudio de la(s) precariedad(es) en América Latina. *RELET - Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Disponible em <http://alast.info/relet_ojs/index.php/relet/article/view/84>.